Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Internacionalização das Políticas de Educação Especial: o caso de três países lusófonos

Samuel Vinente (IFSP)
https://orcid.org/0000-0002-7205-9680
samuel.vinente@ifsp.edu.br

Márcia Duarte Galvani (UFSCar)
https://orcid.org/0000-0003-1092-746X
marciaduarte@ufscar.br

***Resumo**: As pesquisas que envolvem sistemas de ensino internacionais podem trazer elementos para análise e resolução de inúmeros problemas de pesquisa em relação aos mais variados objetos de estudo. No caso em tela, Brasil, Moçambique e Portugal possuem diversos acordos de cooperação nas mais diferentes esferas e para melhor aprofundamento e a internacionalização das políticas de Educação Especial. O trabalho teve como objetivo analisar as políticas de Educação Especial de três países lusófonos, por meio de uma revisão sistemática realizada, de forma preliminar, a partir das políticas de Educação Especial, na qual foram utilizados alguns descritores para a busca da produção científica nacional, considerando o período compreendido entre 2008 e 2022. Os resultados permitiram verificar a internacionalização das políticas de Educação Especial no cenário da produção científica, e permitindo visualizar a interlocução entre elas, buscando contribuir com o avanço da área.*

***Palavras-chave**: Educação Especial. Política Educacional. Produção Científica.*

***Abstract:** Research involving international education systems can bring elements of analysis and resolution of numerous research problems in relation to the most varied objects of study. In this case, Brazil, Mozambique and Portugal have several cooperation agreements in the most different spheres and to better deepen and internationalize Special Education policies. The aim of the work was to analyze the Special Education policies of three Portuguese-speaking countries, through a systematic review carried out, in a preliminary way, based on the Special Education policies, in which some descriptors were used to describe the national scientific production, considering the period between 2008 and 2022. The results allowed us to verify the internationalization of Special Education policies in the scenario of scientific production, and allow us to*

visualize the dialogue between them, seeking to contribute to the advancement of the area.

***Keywords**: Special Education. Educational Policy. Scientific Production.*

1 INTRODUÇÃO

Em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantiu-se que toda pessoa tem direito à educação gratuita, pelo menos no que se refere à instrução elementar e fundamental. A instrução elementar passou nesse período a ser obrigatória, mesmo que não efetivada nos contextos dos diferentes países. Nesse cenário, o problema mais grave, atualmente, não é mais o de fundamentar os direitos sociais, e sim o de protegê-los (HORTA, 1998; BOBBIO, 1992).

O papel dos direitos humanos passou a ter maior importância na política democrática nas últimas décadas. Esses direitos passaram por importantes mudanças, em termos de sua estrutura conceitual e da ampliação do papel das instituições. Koerner (2003) afirma, no entanto, que os estudos jurídicos e políticos continuam a tratar os direitos humanos, a partir de uma analogia com os direitos fundamentais da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Com base nisso, o autor tece algumas críticas a esses trabalhos e indica as bases para uma formulação alternativa.

O contexto internacional foi favorável à utilização de esquemas mais cooperativos e institucionalizados nas relações. Houve ampliação do papel dos organismos multilaterais, das instituições supranacionais e a constituição de blocos políticos e econômicos. Os países passaram a aliar-se voluntariamente a esquemas de integração, adotando regimes jurídicos, com esquema normativo, instituições encarregadas da resolução de conflitos e políticas públicas próprias (KOERNER, 2003).

Com a limitação da capacidade de regulação da economia pelos Estados e o aprofundamento das trocas econômicas entre as sociedades nacionais, houve cada mais a necessidade de regulamentação dos investimentos externos e do comércio, bem como a adoção de medidas compensatórias em favor das sociedades mais empobrecidas. Tornaram-se decisivas as instâncias de coordenação econômica e a atribuição de um papel ampliado para agências financeiras, como o Banco Mundial (BM) (KOERNER, 2003).

As Nações Unidas adotaram uma agenda de tratamento das questões globais em foros multilaterais, cujo objetivo foi a utilização de princípios e planos de ação que orientassem a solução dessas múltiplas questões. Resultaram diversas conferências sobre temas diversificados: Cúpula Mundial sobre a Criança (1990); Conferência do Rio de Janeiro (RJ) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992); Conferência de Viena sobre Direitos Humanos (1993); Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento (1994); Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995); Conferência de Beijing sobre a Mulher (1995); Conferência de Istambul sobre Assentamentos Humanos (1996); e Conferência de Kioto sobre Clima (1997) (KOERNER, 2003).

Essas conferências tiveram a participação de diversos países e de organizações da sociedade civil, possibilitando a consolidação de um clima de cooperação, que culminou com a adoção de documentos consensuais, tanto no que se refere às declarações de princípios como aos planos de ação. Ao formalizarem esses acordos, os países passaram a ratificar em regulamentação interna todos os princípios e diretrizes previstos nesses planos de ações, oriundos das agências internacionais (KOERNER, 2003).

Brasil, Moçambique e Portugal possuem diversos acordos de cooperação nas mais diferentes esferas e para melhor aprofundamento dessas relações, o conhecimento sobre a internacionalização das políticas internacionais torna-se imprescindível. Um dos contextos se deve a fato de que em 1992, o Brasil aderiu à Convenção Americana de Direitos Humanos e, em 1998, reconheceu a competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No cenário brasileito, a educação tornou-se direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade e visando o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, conforme preceituado na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Na legislação moçambicana, a educação se constituiu direito e dever de todo cidadão, devendo o Estado promover a extensão da educação à formação profissional contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito. Em sua Constituição, a República de Moçambique promoveu uma estratégia de educação visando a unidade nacional, a erradicação do analfabetismo, o domínio da ciência e da técnica e formação moral e cívica (MOÇAMBIQUE, 2004).

Na legislação portuguesa, o Estado promoveu a democratização da educação e as demais condições para que ela contribuísse para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades econômicas, sociais e culturais, o desenvolvimento, visando o progresso social e a participação democrática na vida coletiva (PORTUGAL, 1997). Nesse contexto, os direitos humanos passaram a ter papel mais relevante do que ser apenas pressuposto institucional ou “objeto do processo político” (KOERNER, 2003).

A educação passou a ser concebida, então, como um direito humano e social promovido pelos três países, conforme visualizado nas próprias legislações publicadas internamente. Analisar essas diferentes estruturações de política educacional tem possibilitado aos pesquisadores o entendimento dos múltiplos cenários e contribuído para a consolidação do conhecimento científico em Educaçao Especial

Para Célio Sobrinho (et. al., 2015), a produção do conhecimento em Educação Especial no campo da Educação Comparada ainda é bastante escassa. Ao buscar identificar pesquisas comparadas relacionados às diferentes nuances nos diversos países, o pesquisador e colaboradores verificaram que poucos trabalhos internacionais sobre Educação Comparada foram realizados no país.

Vinente e Galvani (2021), ao realizarem uma revisão sistemática buscando analisar estudos comparados de Educação Especial no âmbito da legislação internacional entre 1998 e 2018, mapearam apenas seis pesquisas internacionais (WILHELM, 2010; CABRAL, 2010; MIRANDA, 2011; CONCEIÇÃO, 2017; BAZILATTO, 2017; MONTES, 2018). Destes trabalhos, cinco referem-se a dissertações e um trata-se de tese, e envolvem países distintos como Venezuela, Itália, Espanha, México e Suécia.

Essas e outras pesquisas internacionais sobre a política de Educação Especial são relevantes para compreensão da dinâmica de implementação. No âmbito da Educação Comparada podem trazer elementos para análise e resolução de inúmeros problemas de pesquisa em relação aos mais variados objetos de estudo.

O trabalho de Wilhelm (2010), que teve como objetivo identificar e explicar os contrastes e as semelhanças histórias presentes na política de Educação Especial do Brasil e Venezuela, permitiu a verificação de que a partir de 1999, as matrículas em instituições especializadas passaram por expressiva ampliação. Destaca-se na análise compara-

tiva o movimento pela desinstitucionalização que ocorreu no Brasil e não na Venezuela. Além disso, na Venezuela, as Missões Sociais foram pioneiras na oferta dos serviços especializados, como ocorreu no início da história da Educação Especial no Brasil.

Cabral (2010), ao desenvolver um estudo comparativo, referente à legislação sobre a Educação Especial do Brasil e da Itália, por meio da exploração de documentos oficiais, utilizou um protocolo específico, que manuseou documentos como Constituições, Leis, Decretos e Resoluções publicados entre 1970 e 2009. Com base nos resultados, o autor verificou que o Brasil instituiu documentos para incentivar mudanças, enquanto na Itália as normas instituídas fundamentam práticas já existentes. Além disso, foram identificadas dificuldades para integração entre os serviços educacionais e de saúde.

Vinente (2022), ao buscar analisar os programas e as ações governamentais em Educação Especial implementadas nesses países entre 2008 e 2022, buscou analisar os conceitos de Educação Especial, adotados nos documentos oficiais e; descrever o público-alvo atendido pelos programas e ações governamentais desses países. Por meio de um estudo descritivo. O estudo foi realizado mediante abordagem qualitativa e ancorados na técnica da pesquisa documental.

O pesquisador identificou que as terminologias adotadas nos documentos oficiais são similares, e as políticas, programas e ações governamentais foram construídas, nesse período, a partir das orientações internacionais dos organismos multilaterais. O autor evidenciou que, após reformas político-econômicas, essas políticas passaram a atender mais explicitamente à lógica do mercado e do capital na definição de suas diretrizes e princípios (VINENTE, 2022).

Conforme exposto, tem-se observado que as pesquisas que envolvem sistemas de ensino internacionais podem trazer elementos para análise e resolução de inúmeros problemas de pesquisa em relação aos mais variados objetos de estudo. No caso em tela, Brasil, Moçambique e Portugal possu-em diversos acordos de cooperação nas mais diferentes esferas e para melhor apro-fundamento e a internacionalização das políticas de Educação Especial.

Desse modo, o trabalho teve como objetivo analisar as políticas de Educação Especial de três países lusófonos, por meio de uma revisão sistemática realizada, de forma preliminar, a partir das políticas de Educação Especial, na qual foram utilizados alguns descritores para a busca da produção científica nacional, considerando o período compreendido entre 2008 e 2022.

2 MÉTODO

As pesquisas que envolvem sistemas de ensino internacionais podem trazer elementos para análise e resolução de inúmeros problemas de pesquisa em relação aos mais variados objetos de estudo (VINENTE; GALVANI, 2021).

Buscando situar o problema de pesquisa ao que se tem disponibilizado na literatura científica sobre políticas educacionais entre o Brasil, Moçambique e Portugal, foi realizada uma revisão sistemática a partir do tema, na qual foram utilizados alguns descritores para a busca da produção científica nacional, considerando o período compreendido entre 2008 e 2022.

A revisão sistemática é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Foram utilizados os seguintes descritores, de forma combinada ou isolada, na base de dados (título, assunto e resumo) da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): Brasil, Moçambique, Portugal, Política Educativa, Educação Especial e Política Educacional.

Na primeira busca realizada foram encontradas 420 teses e dissertações, pesquisas essas que permeavam todos os temas e áreas do conhecimento. Nesse primeiro momento foram compilados os seguintes itens dos trabalhos para uma planilha do Microsoft Excel: Ano de publicação, título do trabalho, autor (a), gênero do (a) autor (a), instituição de publicação do trabalho e natureza (tese ou dissertação).

Ao realizar uma triagem no material encontrado, foram excluídas algumas produções repetidas e trabalhos que não se situavam na temática do trabalho. Após um processo de leitura dos títulos e resumos dos trabalhos, foram excluídos mais trabalhos repetidos e que não se tratavam de pesquisas internacionais, no qual se chegou a um total de 117 trabalhos.

Entretanto, esses trabalhos não se referiam a pesquisas realizadas envolvendo apenas Brasil, Moçambique e Portugal, mas envolviam também países como México, Venezuela, Espanha, Guiné-Bissau e outros. Posteriormente, em uma próxima triagem foram identificados somente trabalhos que se referiam ou ao Brasil, ou a Moçambique ou a Portugal, podendo estar articulados entre si ou isolados, chegando ao total de 96 teses e dissertações.

É importante destacar que ainda não se chegou ao quantitativo de trabalhos na área de Educação Especial que se debruçaram sobre os aspectos da política nesses países. Mas optou-se por descrever algumas perspectivas, para que se possa obter um panorama sobre o que os pesquisadores andam investigando quando se referem ao Brasil, Moçambique, Portugal.

Desse quantitativo de 96 trabalhos, 68 são teses (71%) e 28 são dissertações (28%). Quanto ao gênero desses pesquisadores, 63 pesquisas foram realizadas por mulheres (63%); e 33 pesquisas feitas por homens (34%). Como se pode observar, a maioria dos pesquisadores que realizaram trabalhos envolvendo alguns ou todos esses países foram do gênero feminino.

Quanto às instituições, podem ser listadas, bem como o quantitativo de trabalhos de cada uma: FIOCRUZ (1); MACKENZIE (3); PUC-MG (2); PUC-SP (2); UEPG (1); UERJ (6); UFC (2); UFES (1); UFG (2); UFJF (2); UFMG (3); UFPB (1); UFPE (5); UFPR (4); UFRGS (6); UFRN (1); UFRJ (4); UFS (2); UFSC (8); UFSCar (4); UFSM (1); UFT (1); UFTM (1); UFV (1); UNB (3); UNESP (12); UNICAP (1); UNIJUÍ (1); UNIOSTE (1); UNISINOS (5); UNIVATES (1); USP (7); e UTFPR (1).

Tendo situado as instituições nas quais os trabalhos foram publicados, resta descrever essas pesquisas relacionando-as aos seus objetos de estudo. Essas pesquisas versavam sobre vários temas, envolvendo: RI; Ensino Superior; design; história; geografia; cultura; agricultura; política; gestão escolar; Educação Especial; engenharia militar; formação de professores; línguas e literatura e saúde.

Têm se destacado durante essa busca as temáticas relacionadas ao Ensino Superior (9 trabalhos); história (9 trabalhos); cultura (14 trabalhos); Educação Especial (8 trabalhos); línguas e literatura (12 trabalhos) e formação de professores (16 trabalhos). Como pode-se observar, há muitas pesquisas que envolvem esses países em relação às políticas de formação de professores e do Ensino Superior. Os outros temas não citados apresentavam pouca expressividade de produções.

Em uma última triagem foram excluídos os trabalhos que não se relacionam aos países, nem ao tema da Educação Especial e restaram apenas sete trabalhos (MOREIRA, 2012; MICCAS, 2015; PEREIRA, 2016; TIBYRIÇÁ, 2019; GONÇALVES, 2020; PUGA, 2020; SILVA, 2021).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na finalização dos trabalhos, eles deverão ser numerados, seguindo-se a ordem das seções anteriores. O Quadro 1, a seguir, exemplifica informações sobre os trabalhos encontrados:

Quadro 1 – Perfil dos trabalhos sobre Política de Educação entre Brasil, Moçambique e Portugal.

Título	Autor/Ano	Gênero do(a) Autor(a)	Instituição	Natureza do Trabalho
Educação especial e educação: percepções sobre a formação docente em nível de pós-graduação - EAD em São Paulo e em Lisboa	Moreira (2012)	Feminino	UNESP	Tese
Adaptação cultural para o Brasil da matriz de avaliação das atividades e participação para autismo (MAAPA)	Miccas (2015)	Feminino	MACKENZIE	Tese
Inclusão no Ensino Superior: percepções de servidores públicos docentes e não docentes no Brasil e em Portugal	Pereira (2016)	Masculino	UNESP	Tese
As medidas de apoio para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista nas escolas públicas na cidade de São Paulo: análise a partir do direito e da educação brasileira e portuguesa comparados	Tibyriçá (2019)	Feminino	MACKENZIE	Tese
Identificação, avaliação e atendimento das altas habilidades ou superdotação: uma análise crítica	Gonçalves (2020)	Feminino	UFPR	Tese
O direito à aprendizagem: diálogos entre estrutura normativa da educação e aluno no século XXI	Puga (2020)	Feminino	MACKENZIE	Dissertação
Educação especial em Moçambique: uma análise das políticas públicas 1998-2019	Silva (2021)	Feminino	UFRGS	Tese

Fonte: Elaborado pelos(as) próprios(as) autor(es).

Em relação ao gênero dos pesquisadores, conforme pode ser observado na Tabela 1, um é do gênero masculino; e seis do gênero feminino. A maioria das pesquisas se referem a teses, sendo apenas uma dissertação. As instituições em que os trabalhos foram publicados são das regiões sudeste (UNESP, MACKENZIE) e sul (UFPR e UFRGS). E os anos de publicação se iniciam em 2012 (com uma tese); 2015 (uma tese); 2016 (com uma tese); 2019 (uma tese); 2020 (uma tese e uma dissertação); e 2021 (uma tese). Até o momento, nenhum trabalho foi publicado no ano de 2022.

A pesquisa desenvolvida por Moreira (2012) teve como objetivo identificar, descrever, e analisar as percepções de coordenadores e docentes que atuam em cursos de Pós-Graduação nas áreas de Educação e Educação Especial, oferecidos na modalidade educação a distância, em dois contextos: Brasil e Portugal, com o intuito de compreender as semelhanças e especificidades de cada um dos cursos analisados.

A pesquisadora identificou quatro universidades que ofertavam cursos na modalidade EAD, sendo duas instituições portuguesas e duas instituições brasileiras. Participaram da pesquisa dois coordenadores e quatro professores, de cada país, em um total de doze participantes. No processo de coleta dos dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. Esses dados apontaram uma expansão de pesquisas com temática da EAD, no período entre 1990 e 2000.

Ainda trazem uma problematização sobre a formação do professor de Educação Especial na EAD, tal como está configurada, pois será que esta nova modalidade de formação, ao mesmo tempo em que encurta as distâncias cria diversas barreiras no processo de formação. No entanto, os modelos de formação a distância baseados na internet e em recursos multimídia permitem diversificar os percursos formativos e facilitam o trabalho colaborativo e em rede (MOREIRA, 2012).

A pesquisa realizada por Miccas (2015) teve como objetivo realizar a adaptação cultural do instrumento Matriz de Avaliação das Atividades de Participação para Autismo (MAAPA), com fundamentação na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens (CIF-CJ), visando avaliar crianças com autismo com idades entre zero e seis anos em Barueri. Seus resultados sintetizam que o instrumento aplicado se mostrou sensível, identificando diferenças nos resultados dos três observadores que participaram da pesquisa. Foi possível desenhar um mapa específico de cada estudante, o que permite ao professor realizar com maior preparo os planejamentos e as intervenções necessárias.

O trabalho desenvolvido por Pereira (2016) teve como objetivos: descrever e analisar o impacto das leis de inclusão, descrever e analisar a relação entre a escola e o trabalho; identificar e analisar a política, administração e gestão da Universidade para com seus servidores com deficiências. Por meio de uma pesquisa descritivo-analítica, utilizando análise documental, aplicação de entrevistas e questionários, o pesquisador identificou que, de um total de trinta e três participantes, a inclusão escolar gera dúvidas sobre sua efetividade.

Além disso, conforme os dados apresentados pelo autor, ter uma deficiência não é um problema para a aprendizagem desses estudantes. Assim sendo, a escola serve de base para ingresso no trabalho, mas por si não é o suficiente. Ao mesmo tempo, o setor público apresenta desconhecimento sobre a deficiência, ocorrendo na escola e no mundo de trabalho algumas melhorias nas relações sociais. No entanto, o autor descreve que o preconceito e a discriminação ainda se encontram presentes na rotina laboral de alguns participantes (PEREIRA, 2016).

A pesquisa desenvolvida por Tibyriçá (2019) teve como objetivo descrever e analisar comparativamente a política de inclusão escolar para as pessoas com transtorno do espectro autista nas diferentes instâncias dos governos do Brasil (federal, estadual e municipal) e de Portugal. Por meio de estudo comparativo, utilizando pesquisa documental de legislação, da política de medidas de apoio nas escolas públicas, e do procedimento de concessão destas medidas, para as pessoas com TEA no Brasil, no Estado e no Município de São Paulo, e em Portugal, a pesquisadora elaborou um roteiro de entrevista estruturada para aplicação em gestores de educação para identificação das medidas de apoio.

Utilizou também um estudo descritivo e um estudo de campo, das medidas de apoio e do procedimento de concessão destas medidas de uma região da cidade de São Paulo. Apoiando-se na base da pesquisa qualitativa, mista, a pesquisadora dividiu o estudo em três partes. A primeira, de coleta de dados de documentos; a segunda, de elaboração de roteiro de entrevista estruturada sobre as medidas de apoio; e a terceira, de identificação das escolas públicas estaduais e municipais de uma região da cidade de São Paulo.

Os dados passaram a indicar diferenças entre a legislação brasileira e portuguesa, sendo a de Portugal mais detalhada e com muitas diretrizes, prevendo um procedimento específico para concessão de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão escolar. Esse se torna um estudo central, pois ao utilizar técnicas semelhantes às nossas, traz importantes reflexões sobre o atendimento desse alunado em Portugal (TIBIRYÇA, 2019).

A pesquisa realizada por Gonçalves (2020) buscou analisar como ocorre o processo de identificação, avaliação e AEE ao estudante superdotado e como ele se percebe no contexto escolar e familiar. A pesquisadora utilizou uma revisão bibliográfica e apresentou uma análise dos principais avanços legais no Brasil acerca da defesa dos direitos da pessoa superdotada ao longo da história, com destaque ao estado do Paraná (PR), onde a pesquisa foi realizada.

Ao realizar uma análise teórica sobre como o processo de identificação, avaliação e AEE nos EUA e em Portugal, a pesquisadora realiza posteriormente um estudo de caso que revelou como este mesmo processo ocorre, descrevendo os avanços e as fragilidades nesse processo. Desse modo, as mudanças que ocorreram na vida do estudante envolvido na pesquisa e de que forma a identificação, a avaliação e o atendimento especializado contribuem para o desenvolvimento de seu potencial e de seu crescimento (GONÇALVES, 2020).

A pesquisa realizada por Puga (2020) teve como objetivo compreender o que é o direito a aprender que deve ser garantido a todos os cidadãos, além de verificar de que maneira o sistema educacional brasileiro pode estar falhando na promoção deste direito. Sua pesquisa foi desenvolvida utilizando o método hipotético-dedutivo, por meio da análise qualitativa de dados. Estabeleceu como recorte mundial a Finlândia, Portugal e a Coreia do Sul.

A pesquisadora também examinou dados sobre a qualidade da Educação Básica no Brasil e nos países escolhidos como referência em educação no mundo, sendo confrontados os resultados das avaliações. A hipótese levantada pela autora diz respeito ao fato de que o Brasil não garante o direito constitucional à educação, sendo este fundamental para o desenvolvimento individual do estudante e para o país como um todo.

Nesse sentido, segundo Puga (2020), é necessário criar uma matriz de aprendizagem, como um bem maior que ultrapassa os aspectos meramente formais da educação.

O último trabalho descrito nesse item, realizado por Silva (2021), teve como objetivo analisar a configuração das políticas educacionais relativas à Educação Especial em Moçambique, considerando as iniciativas da gestão pública no sentido da constituição do plano normativo, da organização de serviços, da formação de professores e da oferta de apoio especializado para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino comum, tomando como marco temporal o período de 1998 a 2019.

A pesquisadora estabeleceu esse marco temporal, por representar o momento em que as políticas do país começaram a ser direcionadas para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, tomando como ponto de partida o Projeto Escolas Inclusivas e o começo das atividades nos Centros de Recursos de Educação Inclusiva (CREI) (SILVA, 2021).

Utilizando o pensamento sistêmico e do ciclo de políticas, a autora entendeu que os documentos produzidos em nível nacional estão alinhados com as orientações internacionais, mas há um desfazimento quando se considera o plano das iniciativas práticas.

Ao considerarmos as pesquisas já apresentados até o momento, encontramos diferentes referenciais teóricos que contribuem para a construção dos itinerários formativos. A Abordagem do Ciclo de Políticas, utilizada no trabalho de Silva (2021) traz importantes contribuições teórico-metodológicas para análise dessas políticas. O trabalho de Miccas (2015) também se reveste de potencial inovação em pesquisa, ao introduzir e realizar a adaptação de um instrumento (MAAPA), no processo de avaliação de crianças com autismo com idades entre zero e seis anos em um município paulista.

A pesquisa de Pereira (2016) traz a gestão como tema central para a qualidade de vida e inclusão social de servidores com deficiência. Importante também salientar que pesquisas como essas são importantes para a tomada de decisões, principalmente no tocante às políticas de acessibilidade e geração de emprego e renda.

Já Tibyriçá (2019), ao descrever e analisar comparativamente a política de inclusão escolar para as pessoas com transtorno do espectro autista nas diferentes instâncias dos governos do Brasil e de Portugal, permite, mediante a utilização de múltiplos métodos e técnicas de pesquisa, obter um panorama da implementação da política de Educação Especial dos países analisados.

A pesquisa realizada por Gonçalves (2020), relacionada ao alunado com altas habilidades, e teve como objetivo analisar como se deu o processo de identificação, avaliação e AEE ao estudante superdotado. Aponta para a importância não somente da escola, mas também da família para a contribuição no processo de inclusão escolar desses estudantes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo analisar as políticas de Educação Especial de três paí-ses lusófonos, por meio de uma revisão sistemática realizada, de forma preliminar, a partir das políticas de Educação Especial, na qual foram utilizados alguns descritores para a busca da produção científica nacional, considerando o período compreendido entre 2008 e 2022.

Tem-se compreendido que as pesquisas sobre Educação Especial, enquanto modalidade de educação escolar, têm apresentado ampliação quantitativa e qualitativa nos últimos anos, apontado para múltiplas possibilidades de intervenção. Situam-se diferentes abordagens teórico-metodológicas e compreendem os mais distintos objetos de estudo.

Com isso, pesquisas desenvolvidas em âmbito internacional têm auxiliado os pesquisadores na compreensão dos diferentes fenômenos que permeiam a área. Um dos exemplos remete aos estudos de educação comparada. Os estudos comparativos em Educação Especial podem auxiliar na definição de novas políticas e análise do processo de formulação e implementação dos serviços aqui ofertados.

Embora haja algumas iniciativas de análise na correlação de serviços especializados do Brasil e países europeus e latinos, a literatura ainda carece de pesquisas que focalizem a questão da lusofonia, considerando que tais países possuíram modos semelhantes de colonização e resistência aos modelos hegemônicos de dominação, tanto nos aspectos cultural quanto sociais, políticos e econômicos.

Tais pesquisas podem comparar os sistemas de ensino, focalizando programas, ações governamentais e projetos implementados para o atendimento às necessidades específicas do alunado, contribuindo para o alinhamento de ações governamentais e análise de conjuntura política e educacional à luz dos estudos internacionais.

REFERÊNCIAS

BAZILATTO, A. **Surdez, linguagem e conhecimento na Educação Superior:** trajetórias formativas de surdos no Brasil e no México. 2017. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santos, 2017.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

CABRAL, L. S. A. **A legislação brasileira e italiana sobre Educação Especial:** da década de 1970 aos dias atuais. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

CÉLIO SOBRINHO, R. et al. Estudo Comparado Internacional: contribuições para o campo da Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 4, p. 335-348, 2015.

CONCEIÇÃO, J. H. **Educação Especial no Ensino Superior:** processos sociais comparados entre México e Brasil. 2017. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

GONÇALVES, P. **Identificação, avaliação e atendimento das altas habilidades ou superdotação:** uma análise crítica. 2020. 290f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 4, p. 5-34, jul. 1998.

KOERNER, A. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 143-181, 2003.

MICCAS, C. **Adaptação cultural para o Brasil da matriz de avaliação das atividades e participação para autismo (MAAPA)**. 2015. 143f. Tese (Doutorado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

MIRANDA, M. J. C. **Educação Infantil:** percepção de profissionais e familiares sobre inclusão, aprendizagem e desenvolvimento de crianças com deficiência, em Maringá/BR e Guadalajara/ES. 2011, 478f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2011.

MOÇAMBIQUE. Assembleia Popular: aprova a Constituição da República de Moçambique. **Boletim da República:** Publicação Oficial da República de Moçambique, Maputo, 22. dez. 2004.

MOREIRA, M. H. B. **Educação especial e educação:** percepções sobre a formação docente em nível de pós-graduação - EaD em São Paulo e em Lisboa. 2012. 349f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2012.

PEREIRA, C. E. C. **Inclusão no ensino superior:** percepções de servidores públicos docentes e não docentes no Brasil e em Portugal. 282f. 2016. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.

PORTUGAL. Lei Constitucional nº 1, de 20 de setembro de 1997: Quarta revisão constitucional**. Diário da República**, Lisboa, n. 218, Série I-A de 20 set. 1997, p. 5130 – 5196.

PUGA, B. Z. **O direito à aprendizagem:** diálogos entre estrutura normativa da educação e aluno no século XXI. 155 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89. jan./fev., 2007.

SILVA, D. B. M. **Educação especial em Moçambique:** uma análise das políticas públicas 1998-2019. 2021. 150f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

TIBYRIÇÁ, R. F. **As medidas de apoio para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista nas escolas públicas na cidade de São Paulo:** análise a partir do direito e da educação brasileira e portuguesa comparados. 2019. 191f. Tese (Doutorado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

VINENTE, S. **Política de educação especial no Brasil, Moçambique e Portugal**: ações governamentais entre 2008 e 2022. 2022. 365f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

VINENTE, S.; GALVANI, M. D. Estudo Comparado da Política de Educação Especial. In: JORNDA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10, 2021, São Luís, **Anais.** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, p. 1-12. 2021.

WILHELM, V. B. Estudo comparado da política de educação especial no Brasil e na Venezuela: uma análise a partir da emergência do neoliberalismo. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Estado e Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.